**ESTADO DO AMAZONAS**

**TRIBUNAL DE CONTAS**

**PROCESSOS JULGADOS PELO EGRÉGIO TRIBUNAL PLENO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**

**DO AMAZONAS, SOB A PRESIDÊNCIA DO EXMO. SR. CONSELHEIRO ÉRICO XAVIER DESTERRO E**

**SILVA, NA 17ª SESSÃO ADMINISTRATIVA DE 24 DE MAIO DE 2022.**

**JULGAMENTO ADIADO: CONSELHEIRO-RELATOR: ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA (Com vista**

**para o Excelentíssimo Senhor Conselheiro Luís Fabian Pereira Barbosa).**

**PROCESSO Nº 007993/2021 –** Solicitação de Incorporação de Vantagem Pessoal (Gratificação Integral), em

sua remuneração, tendo como interessado o Sr. Paulo Afonso Cerqueira Bomfim. **Advogado:** Gilson Reis de

Souza - OAB/AM 2336.

**ACÓRDÃO ADMINISTRATIVO Nº 201/2022:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima

identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do

Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 12, inciso

I, alínea “b” e inciso X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **por maioira** nos termos do voto-destaque do

Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Convocado Alber Furtado de Oliveira Júnior, **em consonância** com

pronunciamento do Ministério Público de Contas, no sentido de: **9.1. DEFERIR** o pedido formulado pelo Sr.

Paulo Afonso Cerqueria Bomfim, matrícula 0005-1A, quanto à incorporação da gratificação por tempo integral

aos seus proventos, com a retificação da Certidão de Tempo Integral nº 001/2017 e a recontagem do tempo

de serviço em Regime Integral, para inclusão do período entre 21/05/1993 e 17/06/1996, durante o qual

exerceu cargo comissionado de Coordenador da Superintendência Adjunta de Ações Regionais, na

Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA; **9.2. Dar ciência** sobre o teor desta decisão ao

Requerente, o Sr. Paulo Afonso Cerqueria Bomfim, nos termos regimentais; **9.3. Arquivar** o presente

processo, após o transcurso dos prazos recursais. *Vencido o Relator Conselheiro Érico Xavier Desterro e*

*Silva pelo indeferimento do pedido.*

**JULGAMENTO EM PAUTA: CONSELHEIRO-RELATOR: ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA.**

**PROCESSO Nº 000476/2022 –** Solicitação de Incorporação de Vantagem Pessoal (Quintos), em sua

remuneração, tendo como interessado o servidor Casimiro Nonato Sena da Silva.

**ACÓRDÃO ADMINISTRATIVO Nº 172/2022:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima

identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do

Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 12, inciso

I, alínea “b” e inciso X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade,** nos termos do voto do

Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, com base na Informação da **DIRH** e no Parecer da **DIJUR**, no

sentido de: **9.1. DEFERIR** o pedido formulado pelo servidor **Casimiro Nonato Sena da Silva**, Assistente de

Controle Externo B, Matrícula 000.453-7A, para **reconhecer o direito à incorporação**, em sua remuneração,

do equivalente a 5/5 (cinco quintos), a título de vantagem pessoal, da Função de Confiança **- Símbolo GTE,**

**no valor de R$ 5.318,97 (cinco mil, trezentos e dezoito reais e noventa e sete centavos)**, conforme Anexo

VII da Lei nº 4.743, de 28/12/2018, publicada no DOE de 28/12/2018, nos termos do art. 82, §2º, do Estatuto

dos Servidores Públicos Civis do Estado do Amazonas, retroagindo à data que implementou o referido

direito, limitado ao prazo prescricional de 05 (cinco) anos, previsto no art. 1º do Decreto nº 20.910, de 06 de

janeiro de 1932, condicionando-se, contudo, à disponibilidade orçamentária e ﬁnanceira do TCE/AM para

arcar com essa despesa; **9.2. DETERMINAR** à DRH que: **a)** Providencie o registro da concessão da vantagem

pessoal ora reconhecida nos assentamentos funcionais do servidor, bem como elabore os atos normativos

relativos ao caso em comento; **b)** Proceda ao levantamento das situações idênticas ao presente caso, por

economia processual; **c)** Proceder o cálculo dos valores a que faz jus o requerente, bem como das possíveis

despesas geradas com os demais servidores que se enquadrarem em condições idênticas; **d)** Encaminhar

estes autos e as demandas idênticas à DIORF, para ﬁns de veriﬁcação da disponibilidade orçamentária e



**ESTADO DO AMAZONAS**

**TRIBUNAL DE CONTAS**

ﬁnanceira, para cada situação detectada após a realização do levantamento. **9.3. ARQUIVAR** o processo nos

termos regimentais, após o cumprimento integral do *decisum,* nos termos da legislação vigente.

**PROCESSO Nº 001592/2020 -** Solicitação de Incorporação de Vantagem Pessoal (Quintos), em sua

remuneração, tendo como interessada a Sra. Zulmira Euridice Lins da Silva.

**ACÓRDÃO ADMINISTRATIVO Nº 173/2022:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima

identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do

Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 12, inciso

I, alínea “b” e inciso X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade,** nos termos do voto do

Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, com base na Informação da **DIRH** e no Parecer da **DIJUR**, no

sentido de: **9.1. DEFERIR** o pedido formulado pela servidora aposentada **Zulmira Euridice Lins da Silva**,

matrícula nº 236-4B, para **reconhecer o direito à incorporação**, em sua remuneração, do equivalente a 1/5

(um quinto), a título de vantagem pessoal, **no valor correspondente a R$ 531,90 (quinhentos e trinta e um**

**reais e noventa centavos),** correspondente ao **cargo comissionado de Assistente de Diretor,** conforme

Anexo VII da Lei nº 4.743, de 28/12/2018, publicada no DOE de 28/12/2018, nos termos do art. 82, §2º, do

Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Amazonas, bem como o pagamento retroativo, limitado

ao prazo prescricional de 05 (cinco) anos, previsto no art. 1º do Decreto nº 20.910, de 06 de janeiro de 1932,

condicionando-se, contudo, à disponibilidade orçamentária e financeira do TCE/AM para arcar com essa

despesa; **9.2. DETERMINAR** à DRH que: **a)** Providencie o registro da concessão da vantagem pessoal ora

reconhecida nos assentamentos funcionais da servidora, bem como elabore os atos normativos relativos ao

caso em comento; **b)** Proceda ao levantamento das situações idênticas ao presente caso, por economia

processual; **c)** Proceder o cálculo dos valores a que faz jus a requerente, bem como das possíveis despesas

geradas com os demais servidores que se enquadrarem em condições idênticas; **d)** Em razão do Termo de

Adesão assinado com a Fundação Amazonprev, encaminhe cópia integral dos presentes autos ao referido

Órgão Previdenciário para fins de cientificação e adoção das providências cabíveis no tocante ao registro do

direito ora reconhecido nos assentos funcionais da interessada, de modo a proceder com a incorporação

da vantagem pessoal denominada "quintos" nos proventos da servidora. **9.3. ARQUIVAR** o processo nos

termos regimentais, após o cumprimento integral do *decisum,* nos termos da legislação vigente.

**PROCESSO Nº 008604/2021 –** Solicitação de Incorporação de Vantagem Pessoal (Quintos), em sua

remuneração, tendo como interessada a Sra. Maria do Perpetuo Socorro Lins Batista.

**ACÓRDÃO ADMINISTRATIVO Nº 174/2022:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima

identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do

Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 12, inciso

I, alínea “b” e inciso X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade,** nos termos do voto do

Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, com base na Informação da **DIRH** e no Parecer da **DIJUR**, no

sentido de: **9.1. DEFERIR** o pedido formulado pela servidora aposentada **Maria do Perpetuo Socorro Lins**

**Batista**, matrícula nº 001236A, ora exercendo o cargo Comissionado de Assistente Administrativo desta Corte

de Contas, para **reconhecer o direito à incorporação**, em sua remuneração, do equivalente a 2/5 (dois

quintos), a título de vantagem pessoal, **na Função de Confiança - Símbolo GAA, no valor correspondente**

**a R$ 1.200,00 (mil e duzentos reais)**, conforme Anexo VII da Lei nº 4.743, de 28/12/2018, publicada no DOE

de 28/12/2018, nos termos do art. 82, §2º, do Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Amazonas,

bem como o pagamento retroativo, limitado ao prazo prescricional de 05 (cinco) anos, previsto no art. 1º do

Decreto nº 20.910, de 06 de janeiro de 1932, condicionando-se, contudo, à disponibilidade orçamentária e

financeira do TCE/AM para arcar com essa despesa; **9.2. DETERMINAR** à DRH que: **a)** Providencie o registro

da concessão da vantagem pessoal ora reconhecida nos assentamentos funcionais da servidora, bem como

elabore os atos normativos relativos ao caso em comento; **b)** Proceda ao levantamento das situações

idênticas ao presente caso, por economia processual; **c)** Proceder o cálculo dos valores a que faz jus a

requerente, bem como das possíveis despesas geradas com os demais servidores que se enquadrarem em

condições idênticas; **d)** Encaminhar estes autos e as demandas idênticas à DIORF, para fins de verificação



**ESTADO DO AMAZONAS**

**TRIBUNAL DE CONTAS**

da disponibilidade orçamentária e financeira, para cada situação detectada após a realização do

levantamento. **9.3. ARQUIVAR** o processo nos termos regimentais, após o cumprimento integral

do *decisum,* nos termos da legislação vigente.

**PROCESSO Nº 006561/2020 –** Solicitação de Incorporação de Vantagem Pessoal (Quintos), em sua

remuneração, tendo como interessada a Sra. Lúcia de Fátima Pires.

**ACÓRDÃO ADMINISTRATIVO Nº 175/2022:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima

identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do

Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 12, inciso

I, alínea “b” e inciso X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade,** nos termos do voto do

Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, com base na Informação da **DIRH** e no Parecer da **DIJUR**, no

sentido de: **9.1. DEFERIR** o pedido formulado pela servidora aposentada **Lúcia de Fátima Pires**, matrícula

nº 000.242-9A, no cargo de Auditor Técnico de Controle Externo – Auditoria Governamental A,

para **reconhecer o direito à incorporação**, em sua remuneração, do equivalente a 5/5 (cinco quintos), a

título de vantagem pessoal, correspondente ao Cargo em Comissão de Assessor de Conselheiro - CC-2, **no**

**valor correspondente a R$ 4.432,47 (quatro mil, quatrocentos e trinta e dois reais e quarenta e sete**

**centavos)**,conforme Anexo VII da Lei nº 4.743, de 28/12/2018, publicada no DOE de 28/12/2018, nos termos

do art. 82, §2º, do Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Amazonas, bem como o pagamento

retroativo, limitado ao prazo prescricional de 05 (cinco) anos, previsto no art. 1º do Decreto nº 20.910, de 06

de janeiro de 1932, condicionando-se, contudo, à disponibilidade orçamentária e ﬁnanceira do TCE/AM para

arcar com essa despesa; **9.2. DETERMINAR** à DRH que: **a)** Providencie o registro da concessão da vantagem

pessoal ora reconhecida nos assentamentos funcionais da servidora, bem como elabore os atos normativos

relativos ao caso em comento; **b)** Proceda ao levantamento das situações idênticas ao presente caso, por

economia processual; **c)** Proceder o cálculo dos valores a que faz jus a requerente, bem como das possíveis

despesas geradas com os demais servidores que se enquadrarem em condições idênticas; **d)** Em razão

do Termo de Adesão assinado com a Fundação Amazonprev, encaminhe cópia integral dos presentes autos

ao referido Órgão Previdenciário para fins de cientificação e adoção das providências cabíveis no tocante ao

registro do direito ora reconhecido nos assentos funcionais da interessada, de modo a proceder com a

incorporação da vantagem pessoal denominada "quintos" nos proventos da servidora. **9.3. ARQUIVAR** o

processo nos termos regimentais, após o cumprimento integral do *decisum,* nos termos da legislação vigente.

**PROCESSO Nº 003843/2022 –** Solicitação de Incorporação de Vantagem Pessoal (Quintos), em sua

remuneração, tendo como interessada a Sra. Dídia Patrícia de Amorim Correia.

**ACÓRDÃO ADMINISTRATIVO Nº 176/2022:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima

identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do

Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 12, inciso

I, alínea “b” e inciso X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade,** nos termos do voto do

Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, com base na Informação da **DIRH** e no Parecer da **DIJUR**, no

sentido de: **9.1. DEFERIR** o pedido formulado pela servidora aposentada **Dídia Patrícia de Amorim Correia**,

servidora aposentada do TCE/AM, matrícula nº 000.359- 0A, para **reconhecer o direito à incorporação**, em

sua remuneração, do equivalente a 5/5 (cinco quintos), a título de vantagem pessoal, correspondente

ao **Cargo Comissionado de Assistente de Procuradoria**, símbolo **CC-1**, **no valor correspondente a R$**

**2**

**.659,48 (dois mil seiscentos e cinquenta e nove reais e quarenta e oito centavos),** conforme Anexo VII

da Lei nº 4.743, de 28/12/2018, publicada no DOE de 28/12/2018, nos termos do art. 82, §2º, do Estatuto dos

Servidores Públicos Civis do Estado do Amazonas, bem como o pagamento retroativo, limitado ao prazo

prescricional de 05 (cinco) anos, previsto no art. 1º do Decreto nº 20.910, de 06 de janeiro de 1932,

condicionando-se, contudo, à disponibilidade orçamentária e financeira do TCE/AM para arcar com essa

despesa; **9.2. DETERMINAR** à DRH que: **a)** Providencie o registro da concessão da vantagem pessoal ora

reconhecida nos assentamentos funcionais da servidora, bem como elabore os atos normativos relativos ao

caso em comento; **b)** Proceda ao levantamento das situações idênticas ao presente caso, por economia



**ESTADO DO AMAZONAS**

**TRIBUNAL DE CONTAS**

processual; **c)** Proceder o cálculo dos valores a que faz jus a requerente, bem como das possíveis despesas

geradas com os demais servidores que se enquadrarem em condições idênticas; **d)** Em razão do Termo de

Adesão assinado com a Fundação Amazonprev, encaminhe cópia integral dos presentes autos ao referido

Órgão Previdenciário para fins de cientificação e adoção das providências cabíveis no tocante ao registro do

direito ora reconhecido nos assentos funcionais da interessada, de modo a proceder com a incorporação

da vantagem pessoal denominada "quintos" nos proventos da servidora. **9.3. ARQUIVAR** o processo nos

termos regimentais, após o cumprimento integral do *decisum,* nos termos da legislação vigente.

**PROCESSO Nº 003394/2020 –** Solicitação de Incorporação de Vantagem Pessoal (Quintos), em sua

remuneração, tendo como interessado o servidor Jairo Mota Aragão.

**ACÓRDÃO ADMINISTRATIVO Nº 177/2022:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima

identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do

Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 12, inciso

I, alínea “b” e inciso X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade,** nos termos do voto do

Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, com base na Informação da **DIRH** e no Parecer da **DIJUR**, no

sentido de: **9.1. DEFERIR** o pedido formulado pelo servidor **Jairo Mota Aragão**, Assistente de Controle

Externo, matrícula 1646-2A, ora lotado no Gabinete do Auditor Mário Filho, para **reconhecer o direito à**

**incorporação**, em sua remuneração, do equivalente a 1/5 (um quinto), a título de vantagem pessoal,

correspondente à Função Gratificada de Apoio Administrativo - GAA, no valor de **R$ 531,90 (quinhentos e**

**trinta e um reais e noventa centavos)**, por ter sido o de maior tempo exercido, conforme Anexo VII da Lei

nº 4.743, de 28/12/2018, publicada no DOE de 28/12/2018, nos termos do art. 82, §2º, do Estatuto dos

servidores Públicos Civis do Estado do Amazonas, retroagindo à data que implementou o referido direito,

limitado ao prazo prescricional de 05 (cinco) anos, previsto no art. 1º do Decreto nº 20.910, de 06 de janeiro

de 1932, condicionando-se, contudo, à disponibilidade orçamentária e ﬁnanceira do TCE/AM para arcar com

essa despesa; **9.2. DETERMINAR** à DRH que: **a)** Providencie o registro da concessão da vantagem pessoal

ora reconhecida nos assentamentos funcionais do servidor, bem como elabore os atos normativos relativos

ao caso em comento; **b)** Proceder o cálculo dos valores a que faz jus o requerente, bem como das possíveis

despesas geradas com os demais servidores que se enquadrarem em condições idênticas; **c)** Proceda

à publicação do ato normativo relativo ao caso em comento. **9.3**. **ARQUIVAR** o processo nos termos

regimentais, após o cumprimento integral do *decisum,* nos termos da legislação vigente.

**PROCESSO Nº 001613/2022 –** Solicitação de Pagamento de Diferença de Remuneração, decorrente da

revisão geral anual dos vencimentos, no período contemplado pela Lei nº 5.579/2021, da servidora falecida,

Sra. Venina Andrade dos Santos, tendo como interessado o Sr. Herbert Andrade dos Santos.

**ACÓRDÃO ADMINISTRATIVO Nº 178/2022:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima

identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do

Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 12, inciso

I, alínea “b” e inciso X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade,** nos termos do voto do

Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, com base na Informação da **DIRH** e no Parecer da **DIJUR**, no

sentido de: **9.1. DEFERIR** o pedido do senhor **Hebert Andrade dos Santos**, requerendo diferença da

remuneração retroativa de sua genitora **Venina Andrade dos Santos**, matrícula 0006742C, servidora

falecida, referente ao período contemplado na Lei nº 5.579/2021, para **reconhecer** o direito ao pagamento da

diferença de remuneração retroativa, perfazendo o valor de **R$ 15.885,26** (quinze mil, oitocentos e oitenta e

cinco reais e vinte e seis centavos); **9.2. DETERMINAR** à DRH que tome as providências cabíveis para efetuar

o pagamento devido à servidora falecida, conforme os cálculos realizados e anexados aos autos, dando

atenção às formalidades de praxe; **9.3. ARQUIVAR** o processo nos termos regimentais, após o cumprimento

integral do *decisum,* nos termos da legislação vigente.



**ESTADO DO AMAZONAS**

**TRIBUNAL DE CONTAS**

**PROCESSO Nº 000050/2022 –** Solicitação de Pagamento de Diferença de Remuneração, decorrente da

revisão geral anual dos vencimentos, no período contemplado pela Lei nº 5.579/2021, da servidora falecida,

Sra. Dulciclea Barroso de Lima, tendo como interessada a Sra. Lúcia Maria de Lima Ribeiro.

**ACÓRDÃO ADMINISTRATIVO Nº 179/2022:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima

identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do

Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 12, inciso

I, alínea “b” e inciso X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade,** nos termos do voto do

Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, com base na Informação da **DIRH** e no Parecer da **DIJUR**, no

sentido de: **9.1. DEFERIR** o pedido formulado pela **senhora Lúcia Maria de Lima Ribeiro** requerendo a

diferença da remuneração retroativa de sua irmã **Dulciclea Barroso de Lima,** matrícula 000.146-5A,

servidora do TCE/AM, falecida, referente ao período contemplado na Lei nº 5.579/2021**, perfazendo o valor**

**de R$ 21.629,73** (vinte e um mil seiscentos e vinte e nove reais e setenta e três centavos);

**9**

**.2. DETERMINAR** à DRH que tome as providências cabíveis para efetuar o pagamento devido, conforme os

cálculos realizados e anexados aos autos, dando atenção às formalidades de praxe; **9.3. ARQUIVAR** o

processo nos termos regimentais, após o cumprimento integral do *decisum,* nos termos da legislação vigente.

**PROCESSO Nº 002637/2022 –** Solicitação de Pagamento de Diferença de Remuneração, decorrente da

revisão geral anual dos vencimentos, no período contemplado pela Lei nº 5.579/2021, do servidor falecido,

Sr. Oscar Marques de Lima Júnior, tendo como interessada a Sra. Júlia Heloísa Marques de Lima.

**Advogado:** Alexandre Pessoa Simplício - OAB/AM 12434.

**ACÓRDÃO ADMINISTRATIVO Nº 180/2022:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima

identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do

Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 12, inciso

I, alínea “b” e inciso X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade,** nos termos do voto do

Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, com base na Informação da **DIRH** e no Parecer da **DIJUR**, no

sentido de: **9.1. DEFERIR** o pedido formulado pela senhora **Júlia Heloísa Marques de Lima**, beneficiária de

pensão concedida em razão do falecimento do servidor **Oscar Marques de Lima Júnior** (Portaria nº

3

72/2020-GPDRH), quanto ao pagamento da diferença da remuneração decorrente da revisão geral anual

dos vencimentos no período contemplado pela Lei nº 5.579/2021, no valor de **R$ 13.983,58** (treze mil

novecentos e oitenta e três reais e cinquenta e oito centavos); **9.2. DETERMINAR** à DRH que tome as

providências cabíveis para efetuar o pagamento devido, conforme os cálculos realizados e anexados aos

autos, dando atenção às formalidades de praxe; **9.3. ARQUIVAR** o processo nos termos regimentais, após o

cumprimento integral do *decisum,* nos termos da legislação vigente.

**PROCESSO Nº 001792/2022 –** Solicitação de Pagamento de Diferença de Remuneração, decorrente da

revisão geral anual dos vencimentos, no período contemplado pela Lei nº 5.579/2021, tendo como interessada

a Sra. Paloma Nazareth Buzaglo.

**ACÓRDÃO ADMINISTRATIVO Nº 181/2022:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima

identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do

Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 12, inciso

I, alínea “b” e inciso X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade,** nos termos do voto do

Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, com base na Informação da **DIRH** e no Parecer da **DIJUR**, no

sentido de: **9.1. DEFERIR** o pedido formulado pela **senhora Paloma Nazareth Buzaglo,** ex-Assistente de

Conselheiro, matrícula nº 003.331-6, para **reconhecer** o direito ao pagamento da diferença de remuneração

retroativa, bem como a diferença relativa às verbas rescisórias**, perfazendo o valor de R$ 12.801,63** (doze

mil, oitocentos e um reais e sessenta e três centavos); **9.2. DETERMINAR** à DRH que tome as providências

cabíveis para efetuar o pagamento devido à ex-servidora, conforme os cálculos realizados e anexados aos

autos, dando atenção às formalidades de praxe; **9.3. ARQUIVAR** o processo nos termos regimentais, após o

cumprimento integral do *decisum,* nos termos da legislação vigente.



**ESTADO DO AMAZONAS**

**TRIBUNAL DE CONTAS**

**PROCESSO Nº 012476/2019 –** Solicitação de Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição, com

proventos integrais, tendo como interessada a servidora Tereza Cristina Milanez Malta.

**ACÓRDÃO ADMINISTRATIVO Nº 182/2022:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima

identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do

Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 12, inciso

I, alínea “b” e inciso X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade,** nos termos do voto do

Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, com base na Informação da **DIRH** e no Parecer da **DIJUR**, no

sentido de: **9.1. DEFERIR** o pedido de **Aposentadoria** Voluntária por Tempo de Contribuição, com proventos

integrais, da servidora **TEREZA CRISTINA MILANEZ MALTA**, Assistente de Controle Externo “B”, matricula

nº 286-0A, lotada no Ministério Público junto ao TCE – MP, nos termos do art. 3º da EC nº 47/2005, conforme

tabela abaixo indicada:

**CARGO: ASSISTENTE DE CONTROLE EXTERNO B - CLASSE D, NÍVEL III.**

**PROVENTOS** Lei nº 4.743/2018 – Artigo 7º, caput, bem como, anexos I, II e III e Lei nº 5.579/2021 de 17/08/2021.

**ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO** (20%) - Lei nº 1.762/86, artigo 90, III c/c Lei nº 2.531/99, artigo 30.

**GRATIFICAÇÃO DE TEMPO INTEGRAL** (60%) - Lei nº 1.762/86, Artigo 90, inciso IX.

**TOTAL**

**VALOR (R$)**

R$ 9.511,67

R$ 1.902,33

R$ 5.707,00

R$ 17.121,00

**1**

**3º SALÁRIO** – uma parcela – opção feita pela servidora, com fulcro na lei n°3.254/2008 que alterou o §1° e incluiu

R$ 17.121,00

§3° do art. 4° da Lei n°1.897/1989.

**9**

**.2. DETERMINAR** o envio do processo à *Divisão de Instrução e Informações Funcionais - DIINF* para registro

da aposentadoria e demais atos necessários; **9.3. DETERMINAR** o envio do Processo à *Divisão do Arquivo*,

nos termos regimentais, após o cumprimento integral do *decisum.*

**PROCESSO Nº 005301/2022 –** Solicitação de Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição,

com proventos integrais, tendo como interessada a Sra. Edilamar Maria Ferreira Marques.

**ACÓRDÃO ADMINISTRATIVO Nº 183/2022:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima

identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do

Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 12, inciso

I, alínea “b” e inciso X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade,** nos termos do voto do

Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, com base na Informação da **DIRH** e no Parecer da **DIJUR**, no

sentido de: **9.1. DEFERIR** o pedido de **Aposentadoria** Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição, com

proventos integrais, da Sra. **Edilamar Maria Ferreira Marques**, Assistente de Controle Externo “A”, Mat –

0

00400A, lotada na DISAU, nos termos do art. 3º da EC nº 47/2005, conforme tabela abaixo indicada:

**CARGO: ASSISTENTE DE CONTROLE EXTERNO A - CLASSE D, NÍVEL II.**

**PROVENTOS** Lei nº 4.743/2018 – Artigo 7º, *caput,* bem como, anexos I, II e III. e suas alterações.

**ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO (10%)** Lei nº 1.762/86, art. 90, inciso III.

**RISCO DE VIDA (20%)** Art. 90, inciso VI da Lei nº 1.762/86, SÚMULA nº 22 -TCE/AM

**GRATIFICAÇÃO DE TEMPO INTEGRAL** (60%) Lei nº 1.762/86, Artigo 90, inciso IX e SÚMULA nº 23 TCE/AM.

**TOTAL**

**VALOR (R$)**

**R$ 9.325,17**

**R$ 932,52**

**R$ 1.865,03**

**R$ 5.595,10**

**R$ 17.717,82**

**1**

**3º SALÁRIO** – 1 parcela – opção feita pela servidora, com fulcro na lei n° 3.254/2008 que alterou o §1° e incluiu §3° do

**R$ 17.717,82**

art. 4° da Lei n° 1.897/1989.

**9**

**.2. DETERMINAR** o envio do processo à *Diretoria de Recursos Humanos - DRH* para registro da

aposentadoria e demais atos necessários; **9.3. DETERMINAR** o envio do Processo à *Divisão do Arquivo*, nos

termos regimentais, após o cumprimento integral do *decisum.*

**PROCESSO Nº 005338/2022 –** Solicitação de Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição, com

proventos integrais, tendo como interessada a servidora Norma Ferreira Jucá dos Santos.

**ACÓRDÃO ADMINISTRATIVO Nº 184/2022:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima

identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do

Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 12, inciso



**ESTADO DO AMAZONAS**

**TRIBUNAL DE CONTAS**

I, alínea “b” e inciso X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade,** nos termos do voto do

Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, com base na Informação da **DIRH** e no Parecer da **DIJUR**, no

sentido de: **9.1. DEFERIR** o pedido de Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição, com proventos

integrais, da servidora **Norma Ferreira Jucá dos Santos**, Auditora Técnica de Controle Externo "A", Matrícula

nº 000013-2A, nos termos do art. 3º da EC nº 47/2005, conforme tabela abaixo indicada:

**PROVENTOS –** Lei nº 5.579/2021 de 17/08/2021.

R$ 12.612,21

R$ 7.567,32

R$ 1.261,22

R$ 2.522,44

**GRATIFICAÇÃO DE TEMPO INTEGRAL (60%) -** Lei nº 1.762/86, Artigo 90, inciso IX.

**ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO (10%) –** Lei nº 1.762/86, Artigo 90, inciso III e Artigo 94.

**ADICIONAL DE QUALIFICAÇÃO (20%) –** Lei n° 3.627, Artigo 18.

**VANTAGEM PESSOAL – 5/5 (cinco quintos),** sendo **1/5 (um quinto)** do Cargo Comissionado de Sub-Secretária de

Administração de Recursos Humanos, símbolo CC-5**, 1/5 (um quinto)** do Cargo Comissionado de Chefe de Auditoria de

Controle Interno, símbolo CC-5, **1/5 (um quinto)** do cargo em comissão de Chefe de Gabinete da Presidência, símbolo CC- R$ 7.350,36

, **1/5 (um quinto)** do cargo em comissão de Diretora de Controle Interno – CC-5, e **1/5 (um quinto)** do cargo em comissão

6

de Assessor de Procurador – CC-2, com base no § 2º do artigo 82, da Lei n.º 1762/1986, nos termos da EC n.º 91/2015.

**TOTAL**

**R$ 31.313,55**

**R$ 31.313,55**

**13º SALÁRIO.** 02 (DUAS) parcelas do provento - opção feita pelo servidor, com fulcro na Lei nº 3.254/2008 que alterou o §

1º e incluiu § 3º do Artigo 4º da Lei nº 1.897/1989.

**9**

**9**

**.2. DETERMINAR** o envio do processo à DRH para registro da aposentadoria e demais atos necessários;

**.3. DETERMINAR** o envio do Processo à Divisão do Arquivo, nos termos regimentais, após o cumprimento

integral do decisum.

**PROCESSO Nº 003901/2022 –** Requerimento de Concessão de Licença Especial, referente ao quinquênio

de 2004/2012 e 2012/2017, tendo como interessada a servidora Delzarina Socorro Cruz Porto.

**ACÓRDÃO ADMINISTRATIVO Nº 185/2022:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima

identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do

Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 12, inciso

I, alínea “b” e inciso X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade,** nos termos do voto do

Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, com base na Informação da **DIRH** e no Parecer da **DIJUR**, no

sentido de: **9.1. DEFERIR** o pedido da servidora **Delzarina Socorro Cruz Porto**, Assistente de Controle

Externo “C”, Matricula nº 000.137-6A, lotada na Diretoria de Controle Externo da Administração Direta

Estadual - DICAD, quanto à concessão da Licença Especial referente ao período de **2004/2012 e**

**2**

**012/2017**, apenas **para gozo em data oportuna, não podendo tal direito ser convertido em indenização**

**pecuniária,** nos termos da Emenda Constitucional do Estado nº 91/2015, tendo em vista que o início de seu

quinquênio foi anterior à promulgação da mesma; **9.2. DETERMINAR** à *DRH* que providencie o registro da

concessão da Licença Especial referente ao quinquênio **2004/2012 e 2012/2017**; **9.3. ARQUIVAR** o processo

nos termos regimentais, após o cumprimento integral do *decisum*.

**PROCESSO Nº 005912/2022 –** Requerimento de Concessão de Licença Especial, referente ao quinquênio

de 2014/2019, tendo como interessada a servidora Jeane Benoliel de Farias Carvalho.

**ACÓRDÃO ADMINISTRATIVO Nº 186/2022:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima

identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do

Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 12, inciso

I, alínea “b” e inciso X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade,** nos termos do voto do

Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, com base na Informação da **DIRH** e no Parecer da **DIJUR**, no

sentido de: **9.1. DEFERIR** o pedido da servidora **Jeane Benoliel de Farias Carvalho**, Assistente de Controle

Externo A, matrícula nº 00013170A, lotada na DICOM, da **Averbação da Licença Especial referente ao**



**ESTADO DO AMAZONAS**

**TRIBUNAL DE CONTAS**

**período de 2014/2019 para gozo em data oportuna; 9.2. DETERMINAR** à *DRH* que providencie o registro

da concessão da Licença Especial referente ao quinquênio **2014/2019**; **9.3. ARQUIVAR** o processo nos

termos regimentais, após o cumprimento integral do *decisum*.

**PROCESSO Nº 003817/2022 –** Requerimento de Concessão de Licença Especial, referente ao quinquênio

de 2014/2019, tendo como interessada a servidora Veranilce Nunes de Melo.

**ACÓRDÃO ADMINISTRATIVO Nº 187/2022:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima

identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do

Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 12, inciso

I, alínea “b” e inciso X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade,** nos termos do voto do

Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, com base na Informação da **DIRH** e no Parecer da **DIJUR**, no

sentido de: **9.1. DEFERIR** o pedido da servidora **Veranilce Nunes de Melo**, Auxiliar Técnico “B” deste

Tribunal, matricula nº 000.4340A, lotada no DEAP, quanto à concessão da Licença Especial de 3 (três)

meses, **referente ao quinquênio 2014/2019**, apenas **para gozo em data oportuna, não podendo tal direito**

**ser convertido em indenização pecuniária,** nos termos da Emenda Constitucional do Estado nº 91/2015,

tendo em vista que o início de seu quinquênio foi anterior à promulgação da mesma; **9.2.**

**DETERMINAR** à *DRH* que providencie o registro da concessão da Licença Especial referente ao

quinquênio **2014/2019**; **9.3. ARQUIVAR** o processo nos termos regimentais, após o cumprimento integral

do *decisum*.

**PROCESSO Nº 006107/2022 –** Solicitação de Licença para Tratamento de Saúde, tendo como interessada a

Excelentíssima Senhora Procuradora de Contas, Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares.

**ACÓRDÃO ADMINISTRATIVO Nº 188/2022:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima

identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do

Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 12, inciso

I, alínea “b” e inciso X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade,** nos termos do voto do

Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, com base na Informação da **DIRH** e no Parecer da **DIJUR**, no

sentido de: **9.1. DEFERIR** o pedido formulado pela Excelentíssima Procuradora **Elissandra Monteiro Freire**

**Alvares,** referente à concessão de Licença no período de 28/04/2022 a 16/05/2022; **9.2.**

**DETERMINAR** à *Diretoria de Recursos Humanos* que providencie o registro da referida licença médica

pleiteada, com base no artigo 3º, incisos V e VI, da Lei Estadual nº 2.423/1996 c/c art. 12, VI, da Resolução

nº 04/2002-TCE/AM; **9.3. ARQUIVAR** os presentes autos, após o cumprimento dos procedimentos acima

citados, nos termos regimentais.

**PROCESSO Nº 005739/2022 –** Solicitação de Licença para acompanhar tratamento de saúde de pessoa da

família, tendo como interessada a Excelentíssima Senhora Procuradora de Contas, Dra. Fernanda

Cantanhede Veiga Mendonça.

**ACÓRDÃO ADMINISTRATIVO Nº 189/2022:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima

identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do

Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 12, inciso

I, alínea “b” e inciso X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade,** nos termos do voto do

Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, com base na Informação da **DIRH** e no Parecer da **DIJUR**, no

sentido de: **9.1. DEFERIR** o pedido formulado pela Excelentíssima Procuradora **Fernanda Cantanhede**

**Veiga Mendonça,** referente à concessão de Licença para acompanhar tratamento de saúde em pessoa da



**ESTADO DO AMAZONAS**

**TRIBUNAL DE CONTAS**

família (cônjuge) entre o perídio de 22/04/2022 a 13/05/2022; **9.2. DETERMINAR** à *Diretoria de Recursos*

*Humanos* que providencie o registro da referida licença médica pleiteada, com base no artigo 3º, incisos V e

VI, da Lei Estadual nº 2.423/1996 c/c art. 12, VI, da Resolução nº 04/2002 - TCE/AM; **9.3. ARQUIVAR** os

presentes autos, após o cumprimento dos procedimentos acima citados, nos termos regimentais.

**PROCESSO Nº 005559/2022 –** Solicitação de Licença para Tratamento de Saúde, tendo como interessado o

Excelentíssimo Senhor Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

**ACÓRDÃO ADMINISTRATIVO Nº 190/2022:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima

identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do

Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 12, inciso

I, alínea “b” e inciso X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade,** nos termos do voto do

Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, com base na Informação da **DIRH** e no Parecer da **DIJUR**, no

sentido de: **9.1. DEFERIR** o pedido formulado pelo Excelentíssimo Senhor Auditor **Mario José de Moraes**

**Costa**, referente à concessão de Licença para Tratamento de Saúde no período de 20/04/2022 a 27/04/2022;

**9**

**.2. DETERMINAR** à *Diretoria de Recursos Humanos* que providencie o registro da referida licença médica

pleiteada, com base no artigo 3º, incisos V e VI, da Lei Estadual nº 2.423/1996 c/c art. 12, VI, da Resolução

nº 04/2002-TCE/AM; **9.3. ARQUIVAR** os presentes autos, após o cumprimento dos procedimentos acima

citados, nos termos regimentais.

**PROCESSO Nº 004685/2022 –** Solicitação de Averbação de Tempo de Contribuição, tendo como interessado

o servidor Aldifran Correa Lima.

**ACÓRDÃO ADMINISTRATIVO Nº 191/2022:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima

identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do

Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 12, inciso

I, alínea “b” e inciso X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade,** nos termos do voto do

Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, com base na Informação da **DIRH** e no Parecer da **DIJUR**, no

sentido de: **9.1. DEFERIR** o pedido do servidor **Aldifran Correa Lima**, Assistente de Controle Externo “C”,

matrícula nº 000.522-3A, ora lotado no DEPARTAMENTO DE AUTUAÇÃO, ESTRUTURA E DISTRIBUIÇÃO

PROCESSUAL - DEAP, quanto à averbação de **244 dias, ou seja, 8 (oito) meses e 4 (quatro) dias de**

**tempo de contribuição**; **9.2. DETERMINAR** à **Diretoria de Recursos Humanos** a adoção de providências

para a averbação do Tempo de Contribuição no assentamento funcional do servidor **Aldifran Correa Lima;**

**9**

**.3. ARQUIVAR** o processo nos termos regimentais, após o cumprimento integral do *decisum*.

**PROCESSO Nº 004459/2022 –** Solicitação de Averbação de Tempo de Contribuição, tendo como interessado

o servidor João de Deus Lins da Silva.

**ACÓRDÃO ADMINISTRATIVO Nº 202/2022:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima

identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do

Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 12, inciso

I, alínea “b” e inciso X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade,** nos termos do voto do

Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, com base na Informação da **DIRH** e no Parecer da **DIJUR**, no

sentido de: **9.1. DEFERIR** o pedido do servidor **João de Deus Lins da Silva**, matrícula nº 215-1A, Auditor

Técnico de Controle Externo, ora lotado na Diretoria de Controle Externo da Administração do Município de

Manaus - DICAMM, quanto à averbação de **450 dias, ou seja, 1 (um) ano e 5 (cinco) meses de tempo de**

**contribuição**; **9.2. DETERMINAR** à **Diretoria de Recursos Humanos** a adoção de providências para a



**ESTADO DO AMAZONAS**

**TRIBUNAL DE CONTAS**

averbação do Tempo de Contribuição no assentamento funcional do servidor **João de Deus Lins da Silva;**

**9**

**.3. ARQUIVAR** o processo nos termos regimentais, após o cumprimento integral do *decisum*.

**PROCESSO Nº 003707/2022 –** Solicitação de Averbação de Tempo de Contribuição, tendo como interessado

o servidor Joselmar Sampaio Alves.

**ACÓRDÃO ADMINISTRATIVO Nº 192/2022:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima

identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do

Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 12, inciso

I, alínea “b” e inciso X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade,** nos termos do voto do

Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, com base na Informação da **DIRH** e no Parecer da **DIJUR**, no

sentido de: **9.1. DEFERIR** o pedido do servidor **Joselmar Sampaio Alves**, matrícula nº 19470-A, Auditor

Técnico de Controle Externo, ora lotado na Diretoria de Controle Externo de Obras Públicas - DICOP, quanto

à averbação de **1.344 dias, ou seja, 03 (três) anos, 08 (oito) meses e 09 (nove) dias de tempo de**

**contribuição**; **9.2. DETERMINAR** à Diretoria de Recursos Humanos a adoção de providências para a

averbação do Tempo de Contribuição no assentamento funcional do servidor **Joselmar Sampaio Alves**; **9.3.**

**ARQUIVAR** o processo nos termos regimentais, após o cumprimento integral do *decisum*.

**PROCESSO Nº 009965/2021 -** Prorrogação de Convênio de Cessão da servidora France Clayre Moutinho da

Silva Melo, a ser celebrado entre o Tribunal de Contas do Estado do Amazonas – TCE/AM e a Secretaria de

Estado de Educação e Desporto – SEDUC.

**ACÓRDÃO ADMINISTRATIVO Nº 193/2022:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima

identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do

Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 12, inciso

I, alínea “b” e inciso X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade,** nos termos do voto do

Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, com base na Informação da **Consultec**, no sentido de: **8.1.**

**Autorizar**, a formalização da prorrogação do **Convênio de Cessão da servidora France Clayre Moutinho**

**da Silva Melo,** matrícula n°132.100-5 C/D, ocupante do cargo de Professor PF20.ESP-III, pertencente ao

quadro de pessoal da SEDUC, **a ser celebrado entre o Tribunal de Contas do Estado do Amazonas –**

**TCE/AM e a Secretaria de Estado de Educação e Desporto – SEDUC,** a ﬁm de que a mesma venha exercer

a sua função no TCE/AM, pelo período de 12 (doze) meses, com ônus para o Órgão de origem (art. 62, §1º,

inciso II da Lei Municipal n.º 1.126/2007), nos termos do plano de trabalho e da minuta apresentada pela

SEGER; **8.2. Determinar** a devolução do processo à SEGER para que junto ao Gabinete da Presidência,

proceda a assinatura do ajuste pelas partes e remeta o respectivo Ofício; **8.3. Determinar** à **SEGER** que

elabore o extrato do Convênio, devidamente assinado pelas partes, e, ato contínuo, **REMETA** os autos

à **DICOM** para que proceda com a publicação do referido extrato, no Diário Oficial Eletrônico do TCE/AM, nos

termos do parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/93. Ademais, que adote as medidas pertinentes, junto

aos setores competentes, para finalização de todos os procedimentos de cessão da servidora **France Clayre**

**Moutinho Da Silva Melo.**

**PROCESSO Nº 009927/2021 -** Prorrogação de Convênio de Cessão da servidora Inairia dos Santos Castro

e Ana Graziella Moura de Oliveira Cabral, a ser celebrado entre o Tribunal de Contas do Estado do Amazonas

–

TCE/AM e a Secretaria de Educação e Desporto – SEDUC.

**ACÓRDÃO ADMINISTRATIVO Nº 194/2022:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima

identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do



**ESTADO DO AMAZONAS**

**TRIBUNAL DE CONTAS**

Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 12, inciso

I, alínea “b” e inciso X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade,** nos termos do voto do

Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, com base na Informação da **Consultec**, no sentido de: **8.1.**

**Autorizar** a formalização da prorrogação do **Convênio de Cessão da servidora Inairia dos Santos**

**Castro,** ocupante do cargo de Pedagogo PD20.ESP-III, matrícula nº145994-5C e **Ana Graziella Moura de**

**Oliveira Cabral**, ocupante do cargo de Professor PF20.ESP, matrícula nº 153723-7A, pertencente ao quadro

de pessoal da SEDUC, **a ser celebrado entre o Tribunal de Contas do Estado do Amazonas – TCE/AM e**

**a Secretaria de Educação e Desporto - SEDUC,** a ﬁm de que as mesmas venham exercer as suas funções

no TCE/AM, pelo período de 12 (doze) meses, com ônus para o Órgão de origem (art. 62, §1º, inciso II da Lei

Municipal n.º 1.126/2007), nos termos do plano de trabalho e da minuta apresentada SEGER;

**8**

**.2. Determinar** a devolução do processo ao Gabinete da Presidência, objetivando a assinatura do ajuste

pelas partes e remessa de Ofício; **8.3. Determinar** à **SEGER** que elabore o extrato do Convênio, devidamente

assinado pelas partes, e, ato contínuo, **REMETA** os autos à **DICOM** para que proceda com a publicação do

referido extrato, no Diário Oficial Eletrônico do TCE/AM, nos termos do parágrafo único do art. 61 da Lei nº

8

.666/93; **8.3.1.** Adote as medidas pertinentes, junto aos setores competentes, para finalização de todos os

procedimentos de cessão das servidoras **Inairia dos Santos Castro e Ana Graziella Moura de Oliveira**

**Cabral.**

**PROCESSO Nº 003948/2022 –** Solicitação de Doação de Bens, tendo como interessado o Instituto de

Identificação Aderson Conceição de Melo, vinculado à Secretaria de Estado de Segurança Pública do

Amazonas (SSP-AM).

**ACÓRDÃO ADMINISTRATIVO Nº 195/2022:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima

identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do

Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 12, inciso

I, alínea “b” e inciso X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade,** nos termos do voto do

Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, com base na Informação da **DICOI** e no Parecer da **DIJUR**, no

sentido de: **9.1. Autorizar** a **DOAÇÃO** dos bens descritos na tabela 1 no quantitativo lá posto ao **Instituto de**

**Identificação Aderson Conceição de Melo, vinculado à Secretaria de Estado de Segurança Pública do**

**Amazonas (SSP-AM)**, para composição de patrimônio da Instituição; **9.2. Determinar** à **SEGER** que: **a)**

**PROMOVA A DISPENSA DE LICITAÇÃO**, mediante justificativa desta Corte de Contas, com fulcro no art.

1

7, inciso II, alínea "a", da Lei nº 8.666/1993, evidenciando o interesse social da doação e a destinação do

bem; **b) FORMALIZE O TERMO DE DOAÇÃO** entre este TCE/AM e as entidade solicitante - **Instituto de**

**Identificação Aderson Conceição de Melo, vinculado à Secretaria de Estado de Segurança Pública do**

**Amazonas (SSP-AM)**, com acolhimento, por parte do solicitante, do ônus de somente utilizar o bem para os

fins solicitados, sob pena de reversão dos mesmos ao patrimônio deste Tribunal, determinando, ainda, a

publicação no Diário Oficial Eletrônico do TCE/AM do respectivo extrato; **c) INFORME** à entidade solicitante,

quanto ao deferimento de seu pleito, por meio de Ofício deste Tribunal de Contas, procedendo a medidas

cabíveis, tal como ora determinado, e firmando, por fim, a Guia de Transferência do bem doado, nos termos

do Manual de Patrimônio do Estado do Amazonas. **9.3.** Após cumpridas as determinações acima, **dar baixa**

**dos bens no acervo patrimonial** do TCE/AM e, por fim, **arquivem-se** os autos, consoante dicção do art.

5

1, *caput*, da Lei Estadual nº 2.794/2003, que regula o Processo Administrativo do Estado do Amazonas.

**PROCESSO Nº 006149/2022 –** Solicitação de Doação de Bens, tendo como interessado o Subcomando de

Ações de Defesa Civil - SUBCOMADEC.



**ESTADO DO AMAZONAS**

**TRIBUNAL DE CONTAS**

**ACÓRDÃO ADMINISTRATIVO Nº 196/2022:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima

identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do

Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 12, inciso

I, alínea “b” e inciso X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade,** nos termos do voto do

Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, com base na Informação da **DICOI** e no Parecer da **DIJUR**, no

sentido de: **9.1. Autorizar** a **DOAÇÃO** de **10 (dez) computadores** ao **Subcomando de Ações de Defesa**

**Civil - SUBCOMADEC**, para atender a demanda de de resposta nos municípios do Estado do Amazonas, em

decorrências dos desastres naturais e tecnológicos; **9.2. Determinar** à **SEGER** que: **a) PROMOVA A**

**DISPENSA DE LICITAÇÃO**, mediante justificativa desta Corte de Contas, com fulcro no art. 17, inciso II,

alínea "a", da Lei nº 8.666/1993, evidenciando o interesse social da doação e a destinação do bem; **b)**

**FORMALIZE O TERMO DE DOAÇÃO** entre este TCE/AM e a entidade solicitante - **Subcomando de Ações**

**de Defesa Civil - SUBCOMADEC**, com acolhimento, por parte do solicitante, do ônus de somente utilizar o

bem para os fins solicitados, sob pena de reversão dos mesmos ao patrimônio deste Tribunal, determinando,

ainda, a publicação no Diário Oficial Eletrônico do TCE/AM do respectivo extrato; **c) INFORME** à entidade

solicitante - **Subcomando de Ações de Defesa Civil - SUBCOMADEC**, quanto ao deferimento de seu pleito,

através de Ofício deste Tribunal de Contas, procedendo a medidas cabíveis, tal como ora determinado, e

firmando, por fim, a Guia de Transferência do bem doado, nos termos do Manual de Patrimônio do Estado do

Amazonas; **9.3.** Após cumpridas as determinações acima, **dar baixa dos bens no acervo patrimonial** desta

Corte de Contas e, por fim, **arquivem-se** os autos, consoante dicção do art. 51, *caput*, da Lei Estadual nº

2

.794/2003, que regula o Processo Administrativo do Estado do Amazonas.

**PROCESSO Nº 003804/2022 –** Solicitação de Doação de Bens, tendo como interessada a Unidade de Saúde

CAIC Dr. José Contente.

**ACÓRDÃO ADMINISTRATIVO Nº 197/2022:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima

identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do

Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 12, inciso

I, alínea “b” e inciso X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade,** nos termos do voto do

Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, com base na Informação da **DICOI** e no Parecer da **DIJUR**, no

sentido de: **9.1. Autorizar** a **DOAÇÃO de 6 (seis) computadores** (com monitor, teclado, mouse e cabos de

conexão), em condições de operabilidade, à Unidade de Saúde CAIC Dr. José Contente para atender à

demanda administrativa da instituição; **9.2. Determinar** à **SEGER** que: **a) PROMOVA A DISPENSA DE**

**LICITAÇÃO**, mediante justificativa desta Corte de Contas, com fulcro no art. 17, inciso II, alínea "a", da Lei nº

8

.666/1993, evidenciando o interesse social da doação e a destinação do bem; **b) FORMALIZE O TERMO**

**DE DOAÇÃO** entre este TCE/AM e as entidade solicitante - Unidade de Saúde CAIC Dr. José Contente, com

acolhimento, por parte da solicitante, do ônus de somente utilizar o bem para os fins solicitados, sob pena de

reversão dos mesmos ao patrimônio deste Tribunal, determinando, ainda, a publicação no Diário Oficial

Eletrônico do TCE/AM do respectivo extrato; **c) INFORME** à entidade solicitante - Unidade de Saúde CAIC

Dr. José Contente, quanto ao deferimento de seu pleito, através de Ofício deste Tribunal de Contas,

procedendo a medidas cabíveis, tal como ora determinado, e firmando, por fim, a Guia de Transferência do

bem doado, nos termos do Manual de Patrimônio do Estado do Amazonas. **9.3.** Após cumpridas as

determinações acima, **dar baixa dos bens no acervo patrimonial** desta Corte de Contas e, por

fim, **arquivem-se** os autos, consoante dicção do art. 51, *caput*, da Lei Estadual nº 2.794/2003, que regula o

Processo Administrativo do Estado do Amazonas.



**ESTADO DO AMAZONAS**

**TRIBUNAL DE CONTAS**

**PROCESSO Nº 001869/2022 –** Solicitação de Indenização de Verbas Rescisórias, tendo como interessada a

Sra. Fernanda Bezerra de Queiroz.

**ACÓRDÃO ADMINISTRATIVO Nº 198/2022:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima

identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do

Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 12, inciso

I, alínea “b” e inciso X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade,** nos termos do voto do

Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, com base na Informação da **DIRH** e no Parecer da **DIJUR**, no

sentido de: **9.1. DEFERIR** o pedido da Senhora **Fernanda Bezerra de Queiroz**, matrícula 003.608-0A, que

ocupou o cargo de Assistente de Diretoria, no sentido de **reconhecer** o direito à indenização das verbas

rescisórias no valor de **R$ 17.956,98** (dezessete mil, novecentos e cinquenta e seis reais e noventa e oito

centavos), conforme a tabela do Cálculo de Verbas Rescisórias nº 64/2022/DIPREFO/DRH [(0266496);](https://sei.tce.am.gov.br/sei/controlador.php?acao=protocolo_visualizar&id_protocolo=307302&id_procedimento_atual=267395&infra_sistema=100000100&infra_unidade_atual=110000019&infra_hash=6e2f835cf2fac34d669aa2bd0c1efb75f0f032991ce87966e667fed86bad3e43) **9.2.**

**DETERMINAR** à **Diretoria de Recursos Humanos** que: **a)** Providencie o registro da indenização, objeto dos

presentes autos; **b)** Aguarde o cronograma financeiro a ser disponibilizado pela DIORF e, em seguida,

mediante disponibilidade financeira e orçamentária, encaminhe o feito à referida Diretoria para que proceda

ao pagamento dos valores referentes à indenização das verbas rescisórias; **c)** Comunique a interessada

quanto ao teor da decisão. **9.3. ARQUIVAR** o processo nos termos regimentais, após o cumprimento integral

do *decisum*.

**PROCESSO Nº 004512/2022 -** 4º Termo Aditivo ao Acordo de Cooperação Técnica nº 004/2018, a ser

celebrado entre o Tribunal de Contas do Estado do Amazonas **-** TCE/AM e o Centro de Educação Tecnológica

do Amazonas – CETAM.

**ACÓRDÃO ADMINISTRATIVO Nº 199/2022:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima

identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do

Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 12, inciso

I, alínea “b” e inciso X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade,** nos termos do voto do

Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, com base na Informação da **DIRH** e no Parecer da **DIJUR**, no

sentido de: **9.1. Autorizar** a celebração do **4º Termo Aditivo ao Acordo de Cooperação Técnica nº**

**0**

**04/2018**, a ser celebrado entre este **Tribunal de Contas do Estado do Amazonas - TCE/AM** e o **Centro**

**de Educação Tecnológica do Amazonas – CETAM**, com a finalidade de regularizar a realização de Estágio

Supervisionado Curricular, no TCE/AM, dos alunos matriculados nos cursos técnicos de nível médio ofertados

pelo CETAM, prorrogando-o por mais 12 (doze) meses, de **09/05/2022** a **08/05/2023**, conforme legislação de

regência, e com valor anual de **R$ 160.500,00** (cento e sessenta mil e quinhentos reais); **9.2. Determinar** que

a SEGER adote as providências cabíveis, junto ao Gabinete da Presidência, objetivando a assinatura do

Acordo; **9.3. Determinar** à SEGER que publique o extrato do presente Acordo no Diário Oficial do Estado,

nos termos do parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/1993; **9.4.** Após, **determinar** o encaminhamento dos

autos à SEGER para que adote as medidas pertinentes à implementação dos objetivos do ajuste; e

**9**

**.5. determinar** o encaminhamento dos autos à DRH para adotar as providências quanto ao pagamento

direto aos estagiários do CETAM.

**PROCESSO Nº 009280/2021 –** Solicitação de Atualização de Vantagem Pessoal de 5/5, em sua

remuneração, tendo como interessado o servidor Lourival Aleixo dos Reis.

**ACÓRDÃO ADMINISTRATIVO Nº 200/2022:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima

identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do

Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 12, inciso



**ESTADO DO AMAZONAS**

**TRIBUNAL DE CONTAS**

I, alínea “b” e inciso X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade,** nos termos do voto do

Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, com base na Informação da **DIRH** e no Parecer da **DIJUR**, no

sentido de: **9.1. DEFERIR** o pedido formulado pelo servidor **Lourival Aleixo dos Reis,** Auditor Técnico de

Controle Externo – Auditoria Governamental, aposentado, ora exercendo o cargo comissionado de Chefe do

Departamento de Auditoria Operacional - DEAOP, Matrícula 000.384-C, para revisão de sua aposentadoria

e **ATUALIZAÇÃO DA VANTAGEM PESSOAL DE 5/5,** prevista no artigo 82, inciso I, da Lei Estadual nº

1

.762/1986, fazendo jus ao equivalente 1/5 (um quinto) **REPRESENTAÇÃO ASSISTENCIAL - SÍMBOLO**

**CC-1,** somado a representação 4/5 (quatro quintos) de **DIREÇÃO - SÍMBOLO CC-5**, correspondendo a

diferença de **R$ 627,88** (seiscentos e vinte e sete reais e oitenta e oito centavos) em relação ao valor já

incorporado (diferença entre o valor recebido em folha de pagamento e a atualização dos valores a receber),

com efeitos retroativos, limitado ao prazo prescricional de 05 (cinco) anos do deferimento do pleito, previsto

no art. 1º do Decreto nº 20.910, de 06 de janeiro de 1932, condicionando-se, contudo, à disponibilidade

orçamentária e ﬁnanceira do TCE/AM para arcar com essa despesa; **9.2. DETERMINAR** à DIRH que: **a)**

Providencie o registro da atualização da vantagem pessoal ora reconhecida nos assentamentos funcionais

do ex-servidor, bem como elabore os atos normativos relativos ao caso em comento; **b)** Proceder o cálculo

dos valores a que faz jus o requerente; **c)** Proceda à publicação do ato normativo relativo ao caso em comento;

**d)** Em razão do Termo de Adesão assinado com a Fundação AMAZONPREV, encaminhe cópia integral dos

presentes autos ao referido Órgão Previdenciário para fins de cientificação e adoção das providências

cabíveis no tocante ao registro do direito ora reconhecido do interessado, de modo a proceder com a

incorporação da vantagem pessoal denominada "quintos" nos proventos de aposentadoria do interessado.

**9**

**.3. ARQUIVAR** o processo nos termos regimentais, após o cumprimento integral do *decisum,* nos termos da

legislação vigente.

**SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**, em

Manaus, 24 de maio de 2022.

